

CONTINUIDADES E RUPTURAS: ORGANIZAÇÃO LABORAL E CAMPESINATO NO BRASIL.

Daniela Egger¹

danieggergeo@yahoo.com.br

RESUMO

Como **objetivo** central para este trabalho, tomaremos como perspectiva a análise da organização laboral e produtiva dos camponeses, considerando como essencial o acesso à terra bem como aos demais meios de produção por parte dos agricultores. Isto, porém, nos leva a buscar duplamente a compreensão dos pontos de ruptura e elementos de continuidade das formas sociais tradicionais ou modernas no campo brasileiro. Para tanto, entendemos como **metodologia** de análise as mudanças nas relações sociais e do meio de produção no espaço rural como efeito geral da modernização da agricultura. E, dentro deste contexto, propomos uma busca pela compreensão do **espaço rural no Brasil**, situando **transformações sócio-espaciais**, considerando as mudanças na estrutura produtiva, que consistem na mudança da racionalidade camponesa e que se traduzem na atual diversificação da organização laboral e produtiva.

Palavras Chaves: *Modernização da agricultura, campesinato, organização laboral.*

Eixo Temático: DINÂMICA DE LOS ESPACIOS RURALES.

¹ - Geógrafa, Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRRJ.
- Professora Substituta do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Introdução

O que expomos aqui é uma reflexão acerca das modificações e adaptações por quais passaram os agricultores, em suas formas mais diversas. Ao considerar o binômio “continuidades e rupturas”, sugerimos um processo que resultou na transformação do agricultor camponês em agricultor comercial. O debate que travamos é o resultado de uma trajetória de pesquisa na Região Serrana do Rio de Janeiro que se iniciou em meados de 2002 e se estendeu até 2010. Durante esse tempo, muitas foram as inquietações, mas, sobretudo, os conflitos e limitações de um universo que se mostra cada vez mais diverso e descontínuo.

Análise - Da agricultura familiar camponesa à agricultura familiar moderna.

As produções científicas a respeito da história e da trajetória social e econômica das pessoas que vivem no campo – seja no Rio de Janeiro ou no resto Brasil – são diversas. Essas produções partem de marcos teóricos variados e são também determinadas pelo momento histórico sobre o qual os trabalhos se debruçavam. Muitos desses escritos lançam mão, entre as décadas de 1970 e 1980, do conceito de camponês ou pequeno produtor rural, na tentativa de definir as distintas categorias de produtores rurais que tinham sua produção organizada com base no trabalho familiar. Com isso, conceitos como campesinato, camponês e agricultura familiar foram amplamente debatidos consoante várias abordagens do campo das ciências sociais e humanas.

As profundas transformações que vêm ocorrendo no campo possuem seu marco histórico na década de 1970. Tais transformações implicam a massiva modernização do campo, a sensível modificação das relações de trabalho e, sobretudo, os resultados que essas transformações acarretaram no modo de vida dos agricultores.

Na discussão sobre a modernização do campo, deve-se levar em conta o processo da modernização conservadora de 1970. O ponto de partida dessa discussão é o pós-guerra, início de 1950, momento em que se postulava que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura cabiam os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações – fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários –, promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do País (Silva, 1999).

Naquele momento, a estagnação da produção agrícola, em especial para o mercado interno, era vista como um sério problema para o crescimento econômico. Diante dessa crise, nos anos 1960, segundo Silva (1999), os “setores progressistas” da burguesia industrial chegaram a apoiar uma Reforma Agrária Camponesa, que não aconteceu. Esse apoio era motivado pela necessidade de ampliação do mercado interno para garantir o consumo de produtos das indústrias nascentes. A criação desse mercado interno se constituiu, portanto, a partir do rompimento do complexo rural e do simultâneo processo de industrialização.

Inicia-se a partir desse momento a industrialização da própria agricultura:

A estrutura e a evolução do setor rural na década de 1970 refletem de forma clara uma nova dinâmica do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apreendida a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira) nem a partir da segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se, agora, de uma dinâmica conjunta do tripé “indústria para a agricultura – agroindústria”, que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. É a fase da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). O conceito chave por trás desse novo quadro de desenvolvimento da agricultura é o da integração de capitais, isto é, o processo de centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que,

por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais) (Silva, 1999).

É esse então o quadro da modernização conservadora de 1970. Trata-se de um processo de modernização da base técnica da produção, que inclui a substituição de elementos produzidos pelo complexo rural por compras extrassetoriais (máquinas e insumos) e intrassetoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.) Isso, ao mesmo tempo em que abre espaço para o desenvolvimento do mercado interno, gera também para a agricultura uma crescente dependência da compra de insumos e tudo mais que passou a ser obrigatório ao cultivo de qualquer espécie ou criação. Outra faceta importante desse processo é o deslanche da modernização, que depende da importação de elementos em sua nova fase técnica. Essas importações, dos chamados pacotes tecnológicos, configura de vez uma agricultura moderna, que contribui para o crescimento da produção e da produtividade (Silva, 1999).

Como exposto acima, a agricultura brasileira acelerou o processo de modernização na década de 1970. Entretanto, cabe também lembrar que essa modernização continuou parcial,

seja em termos de regiões e de tipos de produtores e/ou de produtos. E, mesmo quando ocorreu numa determinada região e tipo de produtor e/ou produto, a modernização nem sempre afetou globalmente todo o processo produtivo, tendo se concentrado na fase do preparo do solo e dos tratos culturais, seja pela via de substituição de força humana e/ou manual pela mecânica – os tratores – seja pela via da introdução de insumos químicos – os fertilizantes e defensivos em geral (inseticidas, fungicidas e mais recentemente os herbicidas) (Silva, 1999).

Esse processo de modernização da base técnica da produção e de substituição de elementos do complexo rural depara-se com um conjunto de

transformações tanto das relações de produção quanto das relações de trabalho no campo. O elemento-chave que funcionou como alavanca dessa aceleração e dessa transformação no processo de modernização, foi o crédito rural:

Montado em nível nacional em 1965, operacionalizado em 1967, o sistema de crédito rural para custeio e investimentos a juros subsidiados tornou-se inegavelmente, o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura. É certo que a política governamental [...] revelou os produtos ditos modernos (por utilizarem amplamente tecnologia de ponta) reduzindo seus custos de produção e contribuindo, assim, para a piora da rentabilidade relativa dos produtos tradicionais; e, que, acima de tudo, privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Mas isso significa simplesmente que, ao se aumentar o ritmo do processo de modernização da agricultura brasileira, aceleraram-se também a concentração fundiária, a proletarianização dos trabalhadores rurais, o êxodo do campo para a cidade etc., manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo” (Silva, 1999).

A partir dessas informações, chegamos a uma questão central: o que realmente se modificou no processo produtivo da agricultura na área em estudo, rompendo, conseqüentemente, com a forma de organização mais tradicional?² Sobre o campesinato tradicional, trata-se de uma forma particular da agricultura familiar que possui especificidades quanto aos seus objetivos, suas experiências de sociabilidade e sua forma de sua inserção na sociedade global enquanto atividade econômica. É claro, porém, que estamos aqui delimitando uma forma particular da agricultura familiar que tem na sua atividade laboral uma forma de organização rural. O que não significa em sua

² Nossa referência ao tradicional tem significado de antigo, de tradição. Para a agricultura, isto significa formas e técnicas tradicionais de plantio, envolvendo antigas técnicas do trabalho agrícola, como formas de aração e preparo da terra, produção de mudas pelo sistema de sementeiras e banco de mudas, sistemas de irrigação não elétricos e até mesmo preparos de adubos naturais, oriundos de material orgânico.

totalidade uma sociedade camponesa, uma vez que rompeu com características específicas à essas sociedades. Essas especificidades, nos mostra Wanderley (2009), citando Henri Mendras (1976), que são importantes cinco traços característicos das sociedades camponesas: sua autonomia face à sociedade global, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico e, principalmente, a função de mediadores decisivos entre a sociedade local e global.

Simultâneos à modernização da agricultura e seus efeitos no campo, estudos sobre a existência do campesinato no Brasil eram feitos desde a década de 1960. De acordo com Martins (1983), as palavras campesinato e camponês passaram então a designar uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra, apresentando-se em diversas denominações como: parceiros, foreiros, arrendatários, moradores de condição, proprietários sítiantes, ocupantes, pequenos produtores etc. Além disso, nos estudos sobre campesinato, o fato de que se dependia econômica, política e ideologicamente da sociedade e se necessitava sempre de distingui-lo das duas classes sociais básicas da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado – foi por muito tempo temática obrigatória dentro deste debate, assim como a análise de sua inevitável decomposição para uma dessas classes sociais.

Podemos então agrupar em quatro tendências os estudos sobre o campesinato no Brasil a partir dos anos 1970, de acordo com Wanderley (1996). A primeira tendência tem como ponto de partida o sistema econômico camponês, dentro do qual o campesinato é visto como um modo específico de produção com suas próprias regras sociais e econômicas. Seus objetivos econômicos, experiências de sociabilidade e inserção na sociedade global são diferentes dos de outros segmentos da sociedade – como uma empresa capitalista, por exemplo.

A segunda tendência, segundo a autora, parte do conceito de sociedades camponesas. Os autores dentro dessa perspectiva ressaltam as particularidades sociais e culturais do campesinato, como os laços de solidariedade comunitários e um conjunto de regras coletivas próprias. O termo camponês nos remete, nessa perspectiva, a uma pequena comunidade, a um

lugar de vida e de trabalho não totalmente isolado do resto da sociedade cuja reprodução econômica e social responde a um conjunto de regras no qual as ligações pessoais são determinantes.

A terceira tem como referencia o termo *party society*, mas ainda é muito próxima da apresentada anteriormente. São consideradas sociedades parciais, como uma cultura parcial, devido a sua dinâmica de funcionamento em torno de um conjunto de normas próprias e específicas, mas integradas a uma dinâmica global da sociedade circundante.

Finalmente, a quarta tem como ponto de partida o lugar ocupado pelo campesinato dentro do modo de produção capitalista. Essa tendência é, contudo, dividida em duas análises. Uma delas prega não haver lugar para o campesinato no capitalismo, de onde se supõe a necessária decomposição do mesmo. A outra abordagem considera que o campesinato tem lugar no sistema, mesmo que como resquício. É a essa quarta elaboração, entretanto, que devemos dar mais atenção para que possamos atingir nosso objetivo. Buscamos aqui entender o processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo através de um processo de separação que se daria em três etapas. A primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais, ou, em outras palavras, pela destruição da economia natural e a transformação do produtor em produtor individual. A segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a conseqüente separação entre indústria rural e a agricultura. A terceira consistiria na separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil, com sua conseqüente proletarização e a implantação final das formas capitalistas de produção.

Nessa abordagem das relações de trabalho e de sua subordinação, toma-se inicialmente a discussão do campesinato no Brasil relacionando-se a sua origem. Aqui, ao contrário do que ocorreu na Europa, o trabalho camponês surgiu numa sociedade capitalista escravagista. Isso lhe confere características muito próprias, diferentes das do camponês europeu. Alguns autores no Brasil, como Martins (1981) e Neves (2004), citam a apropriação camponesa da terra em estudos mais recentes, instituída pelo capital não só nos latifúndios

cafeicultores, mas também através da oferta de parcelas, maiores ou menores, do território brasileiro aos colonos no sul do país. Em outras palavras, para esses autores, o capital permitiu que se formasse uma classe camponesa para atender às suas necessidades.

Como o vemos, o agricultor está atualmente totalmente integrado ao mercado: ao mercado de trabalho, de terras, de produtos, insumos e financeiro. Esse processo de integração, entretanto, ocorreu de forma gradual. Nossas análises nos levam a perceber o papel que esses agricultores têm como negociantes de suas mercadorias além de consumidores de mercadorias e serviços. O processo de inserção desse agricultor no mercado ocorre em seu grau máximo quando nos deparamos com um agricultor que deixa de produzir qualquer produto que seja para seu próprio consumo e passa a produzir exclusivamente para o mercado.

Neste contexto, podemos afirmar que a agricultura familiar camponesa muda a natureza de sua organização, torna-se possuidora de características essencialmente comerciais, mesmo que baseada na mão de obra familiar. Ainda assim, as relações não são mais as mesmas –nem as relações comerciais nem as relações sociais permanecem após as mudanças.

Aqui, vemos também a transformação da racionalidade dos agricultores, que incorporam a racionalidade econômica capitalista, tanto na lógica da eficiência – qualidade dos produtos – quanto na lógica de otimização do tempo. Ou seja, o agricultor, na condição de parceiro, não tem mais autonomia no processo produtivo, além de não produzir para sua subsistência, necessita adequar-se a uma nova forma de pensar e organizar sua produção; ele pode ser considerado mera mão de obra. A situação fica ainda pior, é claro, para os parceiros, que são totalmente responsáveis pelo custo da mão de obra das etapas do processo produtivo. O agricultor proprietário das terras e do capital, por sua vez, não mais participa da produção, está inserido sim no processo produtivo, mas na organização da produção e do trabalho.

Não podemos, contudo, seguir nesta análise sem considerar os impactos ocorridos na agricultura e, mais diretamente, na vida desses agricultores a partir da incorporação dos pacotes tecnológicos. Um dos

caminhos para a elaboração dessa consideração é por região, tipo de produto, impacto direto ou indireto, etc. Segundo as ideias de Silva (1999), o melhor caminho de análise se dá pelas formas de articulação da pequena produção com os setores capitalistas: “basicamente os grandes proprietários, agroindustriais, cooperativas e comerciantes”. Isso acontece porque, dada a posição que a pequena produção agrícola assume hoje no modo capitalista de produção, a modernização ou tecnificação representou mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. Em sentido amplo, isso significou uma maior subordinação do pequeno produtor ao sistema, muito embora isso possa ter como resultado final tanto uma persistência da situação camponesa sob forma modernizada quanto um processo de decomposição ou de capitalização, a depender das particularidades com as quais foi redefinida sua articulação com o capital.

Neste momento, chegamos ao ponto mais importante: notamos que o processo de transformação mais recente na agricultura brasileira inclui mudanças referentes ao trabalho, sobretudo ao trabalho temporário. Essas mudanças recentes, mas acarretadas por um longo processo, demonstram a importância de uma análise mais profunda das relações de produção, que deve passar pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e sobretudo pelas relações de trabalho. Não se pode, porém, negligenciar nenhuma forma de contribuição teórica a esse debate. Sabe-se que as relações sociais no campo são cada vez mais complexas e se manifestam de formas cada vez mais diferenciadas. Entende-se, portanto, neste trabalho, que essas formas diferenciadas estão se transformando, se desenvolvendo e se modernizando, fazendo parte de um processo maior, que compreende o campo brasileiro como um todo.

Sabemos que a temática da modernização da agricultura e das mudanças nas áreas de estrutura fundiária fragmentada, como a que vamos apresentar mais adiante, já é frequentemente abordada pelas pesquisas sobre o mundo rural. No entanto, o presente trabalho traz no seu escopo uma preocupação de mostrar como esse processo modernizante acontece pontualmente no espaço, mais especificamente na Região Serrana do Rio de

Janeiro. Para isso, vamos tomar como ponto de análise o modo como aconteceu a expansão da modernização e do que convencionamos chamar nesta pesquisa a substituição das técnicas tradicionais pelos pacotes da Revolução Verde.

Áreas onde existiam há trinta anos apenas atividades ditas tradicionais, como é o caso da Região Serrana do Rio de Janeiro, começam a passar por mudanças radicais em suas relações de produção. Destaca-se na região a substituição das atividades de cultivo tradicional – o conhecido cultivo de caixarias, como o plantio de inhame, mandioca e batata – pela prática da horticultura intensiva e modernizada, feita com a introdução de elementos modernos como uso de agrotóxicos, sementes industrializadas e adubos químicos no cultivo das hortaliças.

Essas atividades, segundo Del Grossi (2002), podem ser chamadas de novas atividades agropecuárias. Datam na verdade de séculos atrás, mas até meados dos anos de 1980 não tinham valor econômico de mercado e eram reconhecidas apenas como atividades de “fundo de quintal” ou pequenos negócios agropecuários intensivos, como horticultura, floricultura e piscicultura. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se importantes alternativas de emprego e renda no meio rural em anos mais recentes (Del Grossi, 2002)

O expressivo crescimento dessa atividade é uma das respostas à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, explicada em grande medida pela ampliação de algumas redes de supermercados que, embora possam se autoabastecer de forma integrada, acabam por estabelecer parcerias com agricultores.³ Essa relação direta dos agricultores com redes de supermercados acaba por determinar mudanças na forma de produzir e comercializar. Essas mudanças estão tanto na organização da produção – enquanto diferenciações no sistema de produção e diversificação dos produtos cultivados como uma forma de agregar valor a produção e para atender ao

³ Sobre esse aspecto, ver considerações de Moreira (1999).

mercado – quanto nas mudanças que ocasionaram, portanto, na organização do trabalho.

Esse processo de transformação permitiu a recriação de atividades que eram antes reconhecidas apenas como *hobbies* de fundo de quintal, dando a elas nova roupagem e articulando-as a cadeias produtivas, criando novos espaços para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos que vão desde o produtor rural ao consumidor final. Cabe, contudo, salientar que falta ainda a análise de como se deu o processo *em si* de organização desse trabalho e de como estão hoje os agricultores envolvidos diretamente neste processo produtivo (Del Grossi & Silva, 2002).

Com essa transformação do meio rural, que inclui a apropriação pelo mercado das atividades agropecuárias antes consideradas sem valor, sucede não só a possibilidade de pequenos e grandes empreendimentos, mas também o fracasso e a falência de empreendimentos já existentes, ocasionando para muitos a perda do principal meio de produção: a terra. Isso acontece devido à necessidade dos agricultores, neste caso principalmente os pequenos, de se tornarem suficientemente competitivos no mercado. Para isso, precisam de uma grande quantidade de capital para investimentos em tecnologia.

Essa conjuntura sem dúvida interfere no modo como os agricultores organizam sua produção e seu trabalho. Seja como agricultores capitalizados e com terra dinamizando e inserindo-se no mercado, seja como agricultores descapitalizados e expropriados de sua terra tendo em busca de estratégias de acesso à terra para continuarem se reproduzindo enquanto agricultores. Assim, a modernização torna evidente seu efeito geral e potencializador de transformação nas relações sociais no meio rural, tanto na organização do trabalho quanto na organização da produção. Dentro desse contexto, compreendemos que a modernização interfere diretamente nas relações de produção, terminando por acarretar um conjunto de diferenciações da organização do trabalho e da produção.

Contudo, precisamos ficar atentos às análises que seguem. A primeira, é certo que um processo de modernização tão complexo e tão impactante para a agricultura como um todo afetaria ao mesmo tempo o elemento essencial da

organização desta atividade produtiva em diferentes escalas: o agricultor. Ele está claramente mobilizado em formas diversas de constituição. Entretanto, é claro também que as transformações desse agricultor se deram em tempos e espaços diversos e, principalmente, com peculiaridades relativas às atividades agrícolas, o que nos leva a uma segunda possibilidade. Veremos um arquétipo de sociedade que incorpora profundas transformações, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais, constituindo uma forma social que ainda possui continuidades de uma forma tradicional, mas que já rompeu com padrões elementares de sua constituição no tempo. Isso nos leva a uma agricultura familiar moderna e que difere da forma anterior principalmente na especificidade do objetivo de sua produção, como bem sinalizou bem Mendras (1976). O objetivo dessa atividade é a organização do trabalho e da produção voltados para o mercado e sua inserção nele de forma exclusiva. É, portanto, essa representação da agricultura familiar de que falaremos adiante que compõe concomitantemente elementos de ruptura e de continuidade com o tradicional.

Nesse sentido, cabe destacar a relação de parceria como objeto essencial às nossas reflexões, já que se trata da relação mais utilizada como forma de acessar a terra por parte dos agricultores sem terra e como forma de organização do trabalho por parte dos agricultores capitalizados e possuidores de terra. No entanto, cabe mencionar que a parceria não é um resultado direto das transformações ocorridas em Sumidouro a partir do processo de modernização, uma vez que esse tipo de relação existe há mais tempo que a própria modernização agrícola do município. Ela é na verdade uma consequência da inserção e adoção da horticultura como principal atividade produtiva. Contudo, a importância dessa relação se faz no significado que possui para o atual estágio de organização da produção e para as formas de organização do trabalho lá existentes.

A atenção a esse processo de modernização se faz necessária, pois pode ocorrer simultaneamente a expropriação dos agricultores parceiros e de suas famílias, que foram e são aos poucos submetidos à condição de agricultores sem terra e se veem forçados a encontrar alternativas de

permanência no campo para garantir sua reprodução ainda com o trabalho agrícola e com base no acesso a terra.

Conclusões

É necessário ressaltar a complexificação e a diversificação das relações de produção na agricultura promovidas pelo processo de modernização e intensificação da exploração capitalista. Cabe apontar, contudo, que esse processo não leva à extinção das unidades de produção familiares nem à sua transformação em uma única forma de produção. Ele pode levar a novas formas de organização do trabalho familiar e, assim, à formulação de alternativas que garantam a sua reprodução e sua prática laboral. Nessa perspectiva, a parceria em Sumidouro pode estar sendo utilizada como uma forma de acesso à terra e de reprodução do agricultor parceiro.

Faz sentido, portanto, relacionar a conjuntura atual do município com o processo do avanço da modernização. Segundo Moreira (1999), a modernização é lenta em algumas partes, não abrangendo todo o ciclo da produção e nem todos os produtos, mas favorecendo uma forte substituição de produtos alimentares importados. A produção doméstica de alimentos é viabilizada pelo uso de arranjos nas relações de produção favoráveis ao crescimento da agricultura organizada com base familiar.

Esse contexto de modernização dá sentido também a um aumento na produtividade do trabalho agrícola. Assim, o uso do sistema de parceria, com a organização do trabalho na base familiar e, portanto, a inserção de todos os membros da família na atividade agrícola, aumenta a taxa de exploração pelo uso dessa força de trabalho adicional (esposas e filhos) e conseqüentemente eleva também a exploração do trabalho. A elevação tanto da produtividade quanto da taxa de exploração da força de trabalho se dá por conta da inserção dos membros da família no processo produtivo, uma vez que, mesmo com a inclusão de mais braços no trabalho, o pagamento não é feito por pessoa, mas por unidade familiar (Neves, 1991).

O processo de tecnificação ocorrido em Sumidouro, está associado ao aumento da produtividade. Entretanto, o trabalho na horticultura nos leva a crer também no aumento da exploração do trabalho. Isso torna necessário compreender como se dá na região o aumento da tecnificação por um lado e, por outro, o aumento da intensificação do trabalho. Para Wanderley (2004), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e, ainda que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Assim, a agricultura familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média. É claro que há exceções a essa regra, pois esse tipo de agricultura pode ser praticado por famílias sem terra.

Segundo Neves (1981), a característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada ou empresarial é o uso do trabalho familiar em vez do trabalho assalariado. Para a autora, “não importa o grau de mecanização, sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da unidade familiar provém dos membros da família”. Em Sumidouro, no entanto, é frequente que, embora a terra não pertença à família, exista a constituição de uma unidade familiar que trabalha com os membros de sua família, mas na terra de outras pessoas com as quais não têm relação de parentesco. Esses membros da família organizam seu trabalho na propriedade que lhes é alheia em troca de dinheiro ao final de cada lavoura. Os parceiros de Sumidouro, nessa perspectiva, não deixam de ser agricultores familiares.

Em outro estudo mais recente, ao relacionar agricultura familiar com o mercado, Neves (1997) demonstra formas familiares de produção em transição mediante a penetração capitalista. Nesse aspecto, as relações encontradas em Sumidouro fazem sentido, já que, com a expansão da modernização da agricultura, ocorre um possível processo de expropriação das terras dos agricultores. Esse processo modifica as relações lá existentes, que se tornam basicamente relações de parceria, ainda que organizadas na base familiar.

Por isso, em uma definição geral para a agricultura familiar, tendemos a concordar com Neves quando diz que “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas” (Neves, 1991). Entretanto, para uma definição do parceiro de sumidouro, parece-nos mais apropriada a noção de que o parceiro é expropriado dos meios de produção, ainda que executor das atividades produtivas.

Segundo Loureiro (1977), a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Hoje, é ainda um sistema de grande importância para os agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias. Destaca-se que muitos são os componentes que constituem a relação de parceria. Entretanto, os mais importantes são quatro: o produto a ser plantado, o tamanho da área plantada, os custos de investimento e comercialização e o trabalho.

Aqui, o último componente – o trabalho – se mostrou o mais importante para compreendermos como ocorre a relação de parceria em Sumidouro. É na dimensão do trabalho que vemos como a relação de parceria pode ser tanto uma relação econômica – como regime ou relação de trabalho – quanto um sistema de uso da terra, esse sem dúvida o mais importante. O que importa aqui é reafirmar a relação de parceria como um sistema de acesso à terra, que garante ao agricultor acesso parcial aos meios de produção em troca de seu trabalho e de sua família em uma dada propriedade. Cabe esclarecer, porém, que a parceria nem sempre ocorre com base no trabalho familiar. Isto ocorre, na área em estudo, com os proprietários que desenvolvem com alguns agricultores um contrato de trabalho específico e sem envolver a família, sem a relação de moradia que é muito comum.

Consideramos aqui o binômio “continuidades e rupturas” na tentativa de compreender como aconteceu o processo de incorporação dos elementos modernos tanto da Revolução Verde – relacionada à inclusão de novas técnicas no processo produtivo – quanto da incorporação pelo mercado dessa forma social que até recentemente tinha nas suas atividades produtivas

agrícolas as culturas tradicionais que não se voltavam exclusivamente para o mercado.

Assistimos, contudo, à reprodução dessas famílias de agricultores de acordo com as necessidades de cada época. O parceiro atualmente constitui, de forma significativa, uma das esferas da cadeia produtiva do município, que o subordina ao proprietário das terras. Podemos perceber que, apesar de não possuir os meios de produção, ele se moderniza na condição de parceiro, inserindo-se na economia de mercado através de sua relação com o proprietário.

Podemos, concluir, que toda essa elaboração nos leva a tomar uma postura dupla neste trabalho. Por um lado, mesmo conscientes de uma transformação no campo, não podemos negligenciar que essa se faz de formas distintas no tempo e no espaço. Por outro lado, há que se reconhecer a grande diversidade de situações concretas das formas sociais apresentadas pelo agricultor no meio rural. Serão necessárias formulações e análises mais atentas às categorias sociais ditas tradicionais ou modernas, tendo como fio condutor a observação da capacidade de resistência e de adaptação dessas formas às transformações mais gerais da sociedade.

Bibliografía Citada

BARTRA, A. El capital e su laberinto, de la renta de la tierra a la renta de la vida. Universidad Autónoma de La Ciudad de México. Editora Itaca. Primeira edição, 2006.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 2ª edição, 1971.

CARNEIRO, M.. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In COSTA, L. F. C., BRUNO, R. , MOREIRA, R. J. (orgs) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.

CEAS, Cadernos do. Ceas (Centro de Estudos e Ação Social). Salvador, janeiro / fevereiro. 1997. nº 167.

———. Paulo Roberto Raposo Alentejano: O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90.

CIDE. Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro, 1998, 2001, 2002 e 2008.

CIDE. Estudo sócio-econômico 1997-2000. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural: uma abordagem ilustrada / Mauro Eduardo Del Grossi, José Graziano da Silva – Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

EGGER, D. da S. Desenvolvimento do capitalismo, relações de trabalho e as contradições no campo brasileiro: o exemplo de Soledade, Sumidouro, Região Serrana do Rio de Janeiro. UERJ – FFP / Departamento de Geografia, 2006. 46p.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v. 19, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.atlas.sct.embrapa.br.pdf>>

MARTINS, J.S. O cativo da terra . São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa. AGB. CD – ROM, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura e mercado de trabalho. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 7-24.

———. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! 1991. Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/bernardo2006_bibliografia/agricultura_familiar.pdf

———. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista ABRA. V.25, dezembro, 1995.

NEVES, D. P.; SILVA, M. A. (Orgs). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1; formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2008 – (História Social do Campesinato Brasileiro).

_____. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 2; formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2008 – (História Social do Campesinato Brasileiro).

ROMEIRO, Ademar. Estrutura e desempenho da agricultura fluminense. Revista Economia Fluminense, Niterói: UFF, v.2, n.5, p.2-8, jul. 1989.

_____. O Agricultor Fluminense em Face da Modernização da Agricultura. In; Economia Fluminense - Conjuntura e Análise, v. 6 Niterói, UFF/ Departamento de Economia, 1990.

SABOURIN, E., OLIVEIRA, M., VALADARES, H. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unai, MG. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol.15, n.1. 2009 – cpda-UFRRJ.

SILVA, J. Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A modernização conservadora dos anos 70.

_____. Tecnologia e campesinato.

_____. Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: Um estudo de caso.

STÉDILE, J.P. (coord) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002. 3ª ed.

WANDERLEY, M. N.B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, a agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Agricultura familiar e capesinato: continuidades e rupturas. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol.15, n.21. 2003 – cpda-UFRRJ.

WILKINSON, Jonh & MALUF, Renato S. (coord.). A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas. Convênio SEAAP?UFRRJ-CPDA, Rio de Janeiro, fev. 1997. 132p.